



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**Conhec. Básicos / Conhec Específicos / Discursiva-Redação**  
**Cargo ou opção G07 - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**  
**Tipo gabarito 1**

001 - B	011 - E	021 - E	031 - D	041 - D	051 - B	061 - C
002 - D	012 - C	022 - D	032 - A	042 - B	052 - B	062 - A
003 - C	013 - A	023 - B	033 - E	043 - C	053 - D	063 - C
004 - A	014 - D	024 - A	034 - E	044 - E	054 - E	064 - A
005 - A	015 - E	025 - C	035 - C	045 - D	055 - E	065 - E
006 - E	016 - B	026 - D	036 - B	046 - C	056 - A	066 - B
007 - D	017 - E	027 - B	037 - E	047 - E	057 - A	067 - D
008 - B	018 - C	028 - C	038 - B	048 - D	058 - C	068 - A
009 - B	019 - D	029 - A	039 - A	049 - A	059 - D	069 - B
010 - C	020 - A	030 - E	040 - D	050 - C	060 - B	070 - C



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

*Era julho de 1955. Dali a menos de dois anos, em março de 1957, Oscar Niemeyer estaria na comissão julgadora que escolheu o plano-piloto de Lúcio Costa – finalizado a tinta nanquim e último a ser inscrito na concorrência –, projeto vencedor para a construção da nova capital federal. Mas, naquele momento, ainda antes de ser convidado por Juscelino Kubitschek para criar os principais monumentos de Brasília, Niemeyer detalhou pela primeira vez como seria Marina, a única cidade projetada por ele no país.*

*“Podemos dizer que Marina será uma cidade planejada efetivamente de acordo com as concepções mais modernas da técnica urbanística”, afirmou ao vespertino carioca **A noite**. “As distâncias entre os locais de trabalho, estudo, recreio e habitação serão limitadas a percursos de, no máximo, 15 minutos de marcha. Isso evitará a perda de tempo em transportes, permitindo folga suficiente para recreação e prática de esportes”, declarou Niemeyer, que sonhava com uma cidade autossustentável, muito antes de o conceito se tornar a principal preocupação de projetos mundo afora.*

*O **Estado de Minas** obteve cópia do Memorial Descritivo da Cidade Marina, datilografado e assinado por Niemeyer. Nele consta que o arquiteto procurava “estabelecer para a cidade um sistema de vida humano e feliz, integrado na natureza, que aproveita e enriquece”. O documento chama a atenção ainda para as áreas verdes, que teriam o paisagismo do artista plástico Roberto Burle Marx, outro nome fundamental na criação de Brasília. “Cercados de parques, jardins e vegetação abundante, os blocos de habitação coletiva estão integrados no seu verdadeiro objetivo, que é aproximar o homem da natureza, para lhe propiciar um ambiente natural e sadio”.*

*O plano diretor da Cidade Marina previa centro cívico, com edifícios públicos, teatro, cinema, museu, biblioteca, lojas e restaurantes; hospital e centro de saúde; uma cidade vertical (com prédios de oito a 10 pavimentos) e outra horizontal (com residências); zona industrial, escolas, centro esportivo e um aeroporto, única intervenção que chegou a ser executada nas terras.*

*Niemeyer enfatizou que a urbanização da nova cidade seria baseada na habitação coletiva, com a localização em meio a verdadeiros parques e zonas de vegetação exuberantes. “Este sistema de organização da zona residencial, além de satisfazer perfeitamente todas as exigências sociais da vida moderna, proporcionará uma ligação efetiva de seus habitantes com a natureza privilegiada do lugar”, afirmou o arquiteto, em 1955.*

(RIBEIRO, Luiz e DAMASCENO, Renan. “Como seria Marina”. Disponível em: [www.em.com.br](http://www.em.com.br))

1. De acordo com o texto:

- (A) Niemeyer, com o projeto de Marina, ensaiava o que seria futuramente Brasília, seja pela composição de seu plano diretor, seja pelo recurso ao paisagismo de Roberto Burle Marx.
- (B) O projeto de Marina, feito por Niemeyer pouco antes de ser aprovado o projeto de Brasília, previa uma cidade mais integrada ao meio ambiente e com capacidade de manter-se a si mesma.
- (C) Ao contrário das grandes cidades do país, Marina seria um centro urbano que privilegiaria o bem-estar, a despeito dos fatores limitantes, como a natureza circundante, marcada pela seca.
- (D) Como contraponto ao projeto de Lúcio Costa, logo em seguida Niemeyer apresenta o projeto de Marina, uma cidade que procuraria desvincular do cotidiano laboral aspectos ligados ao bem-estar da população.
- (E) Marina viria a ser o primeiro de muitos projetos urbanísticos de Niemeyer que, no entanto, abandona a preocupação com as questões de sustentabilidade a partir de 1957, com a aprovação do projeto de Brasília.

2. As frases abaixo dizem respeito à pontuação do 4º parágrafo.

- I. Todos os parênteses podem ser substituídos por travessões, sem prejuízo para a correção do texto.
- II. Imediatamente após o termo “previa”, podem-se acrescentar dois-pontos, visto que se segue uma enumeração.
- III. O segmento “única intervenção” poderia ser posto entre parênteses, sem prejuízo para a correção do texto, uma vez que possui caráter explicativo.

Está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



3. ... que *teriam o paisagismo do artista plástico...* (3º parágrafo)  
... para *lhe* *propiciar um ambiente natural e sadio* (3º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) documento – natureza
- (B) Brasília – homem
- (C) áreas verdes – homem
- (D) áreas verdes – natureza
- (E) Brasília – ambiente sadio

4. ... *permitindo folga suficiente para recreação e prática de esportes...* (2º parágrafo)

O gerúndio do segmento acima introduz uma oração que expressa

- (A) consequência, e pode ser substituído por “de maneira a permitir”.
- (B) finalidade, e pode ser substituído por “conquanto permitisse”.
- (C) causa, e pode ser substituído por “com vistas a permitir”.
- (D) condição, e pode ser substituído por “caso permita”.
- (E) temporalidade, e pode ser substituído por “uma vez que permita”.

5. A locução verbal “seria baseada” (último parágrafo) confere à afirmação um sentido

- (A) hipotético.
- (B) assertivo.
- (C) conclusivo.
- (D) condicional.
- (E) retroativo.

6. ... *ainda antes de ser convidado por Juscelino Kubitschek para criar os principais monumentos de Brasília...* (1º parágrafo)

Mantendo-se a clareza e a correção, o termo sublinhado na frase acima ganha maior destaque em:

- (A) ... *Juscelino Kubitschek, ainda antes de ser convidado para criar os principais monumentos de Brasília...*
- (B) ... *ainda antes de ele convidar Juscelino Kubitschek para criar os principais monumentos de Brasília...*
- (C) ... *ainda antes de Juscelino Kubitschek convidar-se para criar os principais monumentos de Brasília...*
- (D) ... *Juscelino Kubitschek, ainda antes de convidar-lhe para criar os principais monumentos de Brasília...*
- (E) ... *ainda antes de Juscelino Kubitschek convidá-lo para criar os principais monumentos de Brasília...*

7. ...*finalizado a tinta nanquim e último a ser inscrito na concorrência...* (1º parágrafo)  
... *serão limitadas a percursos de, no máximo, 15 minutos de marcha.* (2º parágrafo)  
*Isso evitará a perda de tempo em transportes...* (2º parágrafo)

Os termos em negrito pertencem, respectivamente, às seguintes classes de palavras:

- (A) artigo – preposição – preposição
- (B) artigo – preposição – artigo
- (C) preposição – artigo – artigo
- (D) preposição – preposição – artigo
- (E) artigo – artigo – preposição

8. ... *para criar os principais monumentos de Brasília...* (1º parágrafo)  
... *além de satisfazer perfeitamente todas as exigências sociais da vida moderna...* (último parágrafo)  
... *que é aproximar o homem da natureza...* (3º parágrafo)

Os complementos verbais dos segmentos acima encontram-se corretamente substituídos por pronomes em:

- (A) criá-los – satisfazê-la – aproximar-lhe
- (B) criá-los – satisfazê-las – aproximá-lo
- (C) criá-la – satisfazer-lhe – aproximar-lhe
- (D) criá-la – lhe satisfazer – aproximá-lo
- (E) criar-lhes – satisfazer-la – aproximar-lhe



9. A frase redigida com clareza e correção encontra-se em:

- (A) Baseados nos anseios de uma arquitetura moderna, o projeto de Marina previa áreas de lazer e uma ligação efetiva de seus habitantes com a natureza circundante.
- (B) Grande parte das estruturas previstas pelo plano diretor de Marina estava relacionada ao bem-estar e a uma concepção de vida mais humana.
- (C) Faziam quase dois anos que Niemeyer tinha lançado o projeto de Marina e então participara do júri da comissão que escolheria o projeto de Brasília.
- (D) O jornal *Estado de Minas*, reproduz um trecho do projeto de Niemeyer, atentando para a preocupação de que existisse em Marina áreas verdes para a população.
- (E) Niemeyer seria reconhecido pela criação dos principais monumentos de Brasília, projeto que depois participou com o convite que Lúcio Costa lhe fez.

**Atenção:** Para responder às questões de números 10 a 14, considere o texto abaixo.

*Sem chance de contestação, aquele foi mesmo um grande acontecimento na cidade. O palco do auditório Araújo Vianna – reinaugurado um ano antes, em março de 1964, no Parque da Redenção, depois de ocupar por quase quatro décadas a Praça da Matriz, de onde saiu para dar lugar à nova sede da Assembleia Legislativa –, estava repleto de som, luzes e gente, ah, muita gente, para dar vida à ópera **Aida**, de Giuseppe Verdi.*

*Na ponta do lápis, havia ali 100 músicos da Ospa, 130 cantores do Coral da Ufrgs e ao menos 30 bailarinas da academia de João Luís Rolla. Soldados da Brigada Militar se dividiam entre os papéis de guerreiros e escravos. Parrudos halterofilistas recrutados na Academia Hércules apareciam como guardas do farol e, por fim, tratadores do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul adentravam a cena para cuidar dos figurantes de outras espécies – macacos, cavalos, dromedários e leões, estes últimos enjaulados, obviamente.*

*Um mês antes, o maestro Pablo Komlós (regente da Ospa e diretor artístico da Ufrgs) havia passado pelas salas de aula para convidar os estudantes a participarem do coral da universidade. Numa das classes, a de Anatomia, do curso de Medicina, estudava Jair Ferreira, frequentador assíduo dos festivais de coros no Salão de Atos da Ufrgs. Bastou um mês de ensaios para que o barítono, fantasiado de egípcio, pisasse no palco pela primeira vez em sua vida.*

*Por certo, era hereditária a paixão pela música do jovem que se tornaria epidemiologista do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. A mãe não só tinha nome de cantora – Dalva, a exemplo de Dalva de Oliveira –, como sabia de cor desde cantigas de carnaval até árias de óperas. “A gente chorava ao ouvir sua voz de soprano delicado”, elogia.*

*No conjunto de três sobrados geminados que compõem o cenário das reminiscências da infância em Rio Grande, as paredes generosamente deixavam escorrer notas musicais de uma casa para a outra. Uma das vizinhas tocava piano pontualmente às nove da noite – justo o horário em que Jair se recolhia, afinal, precisava pular da cama cedo para ir à escola. Quase toda a noite, ele dormia ao som da **Marcha Turca**, de Mozart, mágico portal de entrada para o devaneio dos sonhos.*

(Excerto de Paulo César Teixeira, **Nega Lu**, Porto Alegre, Libretos, 2015)

10. Conforme o texto:

- (A) Ainda que as óperas fossem de costume montadas no auditório Araújo Vianna, *Aida*, contando com os mais diversos segmentos da sociedade civil, teve lugar na nova sede da Assembleia Legislativa, marcando sua inauguração.
- (B) Ao modo dos soldados da Brigada Militar, a montagem da ópera *Aida* marca na vida de Jair Ferreira, hoje médico do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, seu primeiro contato com a música clássica.
- (C) O então recém-formado coral que participou da montagem da ópera *Aida*, ao lado dos músicos profissionais da Ospa, era composto de estudantes da Ufrgs, dentre eles, Jair Ferreira, aluno de Medicina.
- (D) A infância na cidade de Rio Grande foi de fundamental importância para Jair Ferreira na escolha de sua carreira profissional como epidemiologista, que não teria sido a mesma sem a influência de Pablo Komlós.
- (E) Quando da montagem da ópera *Aida*, havia um ano que Porto Alegre passava a contar com um novo palco, o auditório Araújo Vianna, que então recebeu a orquestra da Ospa, ao lado do coral da Ufrgs, ambos compostos de músicos amadores.



11. Sem prejuízo para o sentido e a correção das frases,

- I. o segmento *recrutados na Academia Hércules* (2º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas.
- II. as vírgulas que isolam o segmento *fantasiado de egípcio* (3º parágrafo) podem ser suprimidas.
- III. o segmento *por quase quatro décadas* (1º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

12. Na ponta do lápis, havia ali 100 músicos da Ospa... (2º parágrafo)

O segmento sublinhado acima possui a mesma função sintática que o sublinhado em:

- (A) *Sem chance de contestação, aquele foi mesmo um grande acontecimento na cidade.* (1º parágrafo)
- (B) *Parrudos halterofilistas recrutados na Academia Hércules apareciam como guardas do faraó...* (2º parágrafo)
- (C) *... havia passado pelas salas de aula para convidar os estudantes a participarem do coral...* (3º parágrafo)
- (D) *Soldados da Brigada Militar se dividiam entre os papéis de guerreiros e escravos.* (2º parágrafo)
- (E) *Por certo, era hereditária a paixão pela música do jovem que se tornaria epidemiologista...* (4º parágrafo)

13. Mantendo-se o sentido e a correção, a forma verbal *havia passado* (3º parágrafo) pode ser alterada para

- (A) passara.
- (B) iria passar.
- (C) teria passado.
- (D) passaria.
- (E) passando.

14. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que está entre parênteses, é INCORRETO o que se encontra em:

- (A) *... portal de entrada para o devaneio dos sonhos (à fantasia)*
- (B) *... como sabia de cor... (mas também)*
- (C) *A gente chorava ao ouvir sua voz... (quando ouvia)*
- (D) *... adentravam a cena para cuidar dos figurantes... (entravam)*
- (E) *... reinaugurado um ano antes... (havia um ano)*

15. .... mobilização dos mais diversos profissionais que faziam ..... vezes de figurantes da ópera e dos estudantes que participavam do coro da Ufgrs, ..... que se acrescentar a dedicação do maestro Pablo Komlós, formado pela Academia Real da Hungria, sob a orientação de Kodály, então ..... frente da Ospa, em que se manteve até 1978.

Preenche correta e respectivamente as lacunas da frase acima:

- (A) A – as – há – a
- (B) À – às – há – a
- (C) A – às – a – à
- (D) A – às – a – a
- (E) À – as – há – à

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. O código de um sistema de classificação de processos é composto por três vogais juntas, seguidas por três algarismos. A ordenação começa com o 1º processo, cujo código é AAA000, e termina com o 125.000º processo, cujo código é UUU999, seguindo sempre a ordem alfabética das letras e ordem crescente do número composto pelos três algarismos. Nesse sistema de classificação, o 10.500º processo terá o código
- (A) AEA501.  
(B) AIA499.  
(C) AIA501.  
(D) AIA500.  
(E) EAA499.
- 
17. Algumas cadeiras novas foram distribuídas por quatro andares de um edifício comercial. O 1º andar recebeu metade do total de cadeiras. O 2º andar recebeu a terça parte do total de cadeiras que o 1º andar recebeu. O 3º andar recebeu dois quintos das cadeiras recebidas pelos dois andares abaixo. Por fim, o 4º andar recebeu as 16 cadeiras restantes. Em tais condições, o total de cadeiras distribuídas para os andares pares foi igual a
- (A) 36.  
(B) 60.  
(C) 72.  
(D) 40.  
(E) 56.
- 
18. Maria, Nair, Olívia e Paula ganharam, juntas, na loteria e decidiram repartir o prêmio proporcionalmente ao valor desembolsado por cada uma no momento da aposta. Nair, que foi a que mais desembolsou dinheiro, deu o triplo do dinheiro dado por Paula, que foi a que menos desembolsou dinheiro. A soma do dinheiro desembolsado por Maria e Olívia foi  $\frac{3}{4}$  do dinheiro desembolsado por Nair. Sabendo-se que Paula recebeu R\$ 12.000,00 de prêmio, o valor total do prêmio, recebido pelas quatro juntas, foi, em R\$, de
- (A) 68.000,00.  
(B) 50.000,00.  
(C) 75.000,00.  
(D) 62.000,00.  
(E) 58.000,00.
- 
19. O turno diário de trabalho de uma empresa é das 8h às 17h, de 2ª a 6ª feira, sendo que das 12h às 13h é o horário de almoço, não remunerado. Em determinada época do ano, os trabalhadores fizeram um acordo com a empresa para emendar o feriado de uma 5ª feira com a 6ª feira. O acordo previa que os funcionários estenderiam seu turno diário de trabalho em 15 minutos até completar a reposição das horas de trabalho do dia da emenda. Sabendo-se que o horário estendido teve início em uma 2ª feira, dia 19 de junho, e que não houve outro feriado ou paralização até o último dia da compensação, então, o último dia da compensação foi
- (A) 28 de julho.  
(B) 30 de junho.  
(C) 31 de julho.  
(D) 01 de agosto.  
(E) 20 de junho.
- 
20. Considere como verdadeira a proposição: "Nenhum matemático é não dialético". Laura enuncia que tal proposição implica, necessariamente, que
- I. se Carlos é matemático, então ele é dialético.  
II. se Pedro é dialético, então é matemático.  
III. se Luiz não é dialético, então não é matemático.  
IV. se Renato não é matemático, então não é dialético.
- Das implicações enunciadas por Laura, estão corretas APENAS
- (A) I e III.  
(B) I e II.  
(C) III e IV.  
(D) II e III.  
(E) II e IV.



21. Cássio, Ernesto, Geraldo, Álvaro e Jair são suspeitos de um crime. A polícia sabe que apenas um deles cometeu o crime. No interrogatório, os suspeitos deram as seguintes declarações:

- Cássio: *Jair é o culpado do crime.*  
Ernesto: *Geraldo é o culpado do crime.*  
Geraldo: *Foi Cássio quem cometeu o crime.*  
Álvaro: *Ernesto não cometeu o crime.*  
Jair: *Eu não cometi o crime.*

Sabe-se que o culpado do crime disse a verdade na sua declaração. Dentre os outros quatro suspeitos, exatamente três mentiram na declaração. Sendo assim, o único inocente que declarou a verdade foi

- (A) Cássio.
- (B) Ernesto.
- (C) Geraldo.
- (D) Álvaro.
- (E) Jair.

22. O total de P pessoas será distribuído em grupos com o mesmo número de integrantes, e sempre com o número máximo possível de integrantes. Se forem feitos 13 grupos, sobrarão 3 pessoas sem grupo. Se forem feitos grupos com 36 pessoas, sobrarão 11 pessoas sem grupo. Sendo P um inteiro maior do que zero, o menor valor possível de P é

- (A) 588.
- (B) 443.
- (C) 510.
- (D) 731.
- (E) 263.

#### Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

23. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, as frotas de empresas de táxi devem reservar um percentual de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência igual a

- (A) 20%.
- (B) 10%.
- (C) 5%.
- (D) 15%.
- (E) 2%.

24. Determinado Município pretende instalar elementos verticais de sinalização em espaço de acesso para pedestres. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, os citados elementos

- (A) deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.
- (B) não poderão ser instalados.
- (C) poderão, excepcionalmente, impedir a circulação local, haja vista sua importância à coletividade.
- (D) poderão, excepcionalmente, dificultar a circulação local; no entanto, não poderão impedi-la, sob pena de infringir o direito à locomoção das pessoas.
- (E) inviabilizarão, como regra, a circulação local, no entanto, o Município deverá dispor de meios alternativos para suprir o acesso prejudicado.

25. O Ministério Público de determinado Estado ingressou com medida judicial destinada à proteção de interesses difusos das pessoas com deficiência. Nos termos da Lei nº 7.853/1989,

- (A) o Estado é o único legitimado ativo que poderá habilitar-se como litisconsorte na referida ação.
- (B) apenas o Ministério Público Estadual deverá figurar no polo ativo da referida ação, não cabendo litisconsórcio na hipótese.
- (C) faculta-se aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes na referida ação.
- (D) é dever dos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes na referida ação.
- (E) o Estado e a União Federal são os únicos legitimados ativos que poderão habilitar-se como litisconsortes na referida ação.



26. Considere:

- I. Uma das diretrizes que norteiam o processo de habilitação e de reabilitação da pessoa com deficiência consiste na prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde – RAS nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde – SUS.
- II. Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.
- III. O SUS detém competência exclusiva para promover ações destinadas a garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

---

### Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

27. Em uma situação hipotética, Danilo e Diana estão estudando o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho uma vez que pretendem prestar concurso público. No estudo, aprenderam que, na hipótese de existirem duas vagas de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho destinadas aos Juízes da carreira da Magistratura do Trabalho,

- (A) a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República conterà, no máximo, três Magistrados.
- (B) a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República conterà quatro Magistrados.
- (C) a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República conterà cinco Magistrados.
- (D) serão necessárias duas votações dentro do período de três meses.
- (E) serão necessárias duas votações dentro do período de seis meses.

28. No período correspondente às férias coletivas ou ao recesso judiciário, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

- (A) só poderá dar posse ao Ministro nomeado se ocorrer nos dez primeiros dias do mês de janeiro, devendo o ato ser ratificado pelo Pleno.
- (B) não poderá dar posse ao Ministro nomeado por expressa vedação regimental.
- (C) poderá dar posse ao Ministro nomeado, devendo o ato ser ratificado pelo Pleno.
- (D) poderá dar posse ao Ministro nomeado, devendo o ato ser ratificado pelo Órgão Especial em sessão específica.
- (E) só poderá dar posse ao Ministro nomeado se ocorrer nos dez primeiros dias do mês de janeiro, devendo o ato ser ratificado pelo Órgão Especial em sessão específica.

29. O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho será eleito para mandato de dois anos, mediante escrutínio

- (A) secreto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos sessenta dias antecedente ao término dos mandatos anteriores.
- (B) secreto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos noventa dias antecedente ao término dos mandatos anteriores.
- (C) aberto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos trinta dias antecedente ao término dos mandatos anteriores.
- (D) aberto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos noventa dias antecedente ao término dos mandatos anteriores.
- (E) secreto e pelo voto da maioria simples, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos sessenta dias antecedente ao término dos mandatos anteriores.

30. Compete ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dentre outras funções, enviar projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional ao

- (A) Congresso Nacional, independentemente de prévia aprovação.
- (B) Congresso Nacional, após aprovação pelo Pleno do Tribunal.
- (C) Senado Federal, após aprovação pelo Órgão Especial.
- (D) Senado Federal, após aprovação pelo Pleno do Tribunal.
- (E) Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Determinado indivíduo requer, perante Secretaria Municipal de Educação, que lhe seja informado o número de faltas ao trabalho, nos últimos 12 meses, dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos lotados na escola junto à qual funciona Associação de Pais e Mestres de que faz parte. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, cabe ao órgão da Administração
- (A) exigir que o pedido seja justificado pelo requerente, antes de fornecer a resposta, a fim de averiguar se os motivos oferecem risco à segurança do Estado ou à intimidade e vida privada dos servidores.
  - (B) recusar-se a prestar a informação, sob a justificativa de se tratar de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança do Estado e de seus agentes.
  - (C) recusar-se a prestar a informação, a que somente se assegura acesso se disser respeito ao próprio interessado, sob pena de ofensa ao direito à intimidade e à vida privada.
  - (D) atender ao pedido, que pode ser formulado independentemente de justificativa, por se tratar de informação de interesse geral, a que todos têm acesso assegurado.
  - (E) atender ao pedido, ficando o requerente, no entanto, sujeito ao ônus da sucumbência, se comprovada má-fé.
- 
32. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- (A) possui, entre seus membros, três Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, eleitos pelo Tribunal Pleno, para cumprirem mandatos de dois anos, vedada a recondução.
  - (B) funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e jurisdicional dos órgãos de primeira e segunda instância da Justiça do Trabalho, possuindo suas decisões efeito vinculante.
  - (C) possui um quinto de seus membros escolhido dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
  - (D) possui, dentre outras funções previstas em lei, competência estabelecida pela Constituição Federal para regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura do trabalho.
  - (E) poderá instalar a justiça itinerante e funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça do Trabalho em todas as fases do processo.
- 
33. Lei ordinária federal que disponha sobre as condições para concessão de seguro-desemprego aos empregados domésticos, em caso de desemprego involuntário, será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, que não assegura aos empregados domésticos direito ao seguro-desemprego.
  - (B) incompatível com a Constituição Federal, por cuidar de matéria que não se insere dentre as competências legislativas privativas da União.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre matéria reservada à lei complementar.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre direito que é assegurado aos empregados domésticos independentemente de regulamentação legal.
  - (E) compatível com a Constituição Federal.
- 
34. Nos termos da Constituição Federal, contrato para prestação de serviços terceirizados celebrado por órgão da Administração federal está sujeito a controle externo, exercido pelo
- (A) Ministério Público, a quem compete sustar sua execução na hipótese de ilegalidade, comunicando a decisão ao Congresso Nacional, para adoção das medidas cabíveis.
  - (B) Ministério Público, a quem compete sustar sua execução na hipótese de ilegalidade, solicitando de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
  - (C) Poder Judiciário, a quem compete sustar sua execução na hipótese de ilegalidade, mediante ação popular promovida por cidadão, partido político, associação ou sindicato.
  - (D) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, competindo a este sustar sua execução, na hipótese de ilegalidade, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
  - (E) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, competindo àquele sustar sua execução, na hipótese de ilegalidade, solicitando de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis.



35. Considere as seguintes situações:

- I. Ação ajuizada pelo Ministério Público com vistas a obter a devolução ao erário de valores correspondentes a despesas efetuadas com recursos públicos para custear viagens pessoais de familiares de servidores públicos.
- II. Ação ajuizada por cidadão para anular autorização administrativa concedida para a realização de empreendimento imobiliário em desacordo com a legislação ambiental pertinente.
- III. Ação ajuizada por pessoa jurídica interessada em obter acesso a dados constantes a seu respeito de cadastro de inadimplentes mantido por órgão da Administração pública.

À luz da Constituição Federal, os itens I, II e III cuidam, respectivamente, de:

	I	II	III
A	Ação popular	Ação civil pública	Mandado de segurança
B	Ação civil pública	Ação popular	Mandado de segurança
C	Ação civil pública	Ação popular	<i>Habeas data</i>
D	Ação popular	Ação civil pública	<i>Habeas data</i>
E	Mandado de segurança	Ação civil pública	Ação popular

36. O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho possuem competência para processar e julgar, originariamente,

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, quando a falta de norma regulamentadora de atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal disser respeito a matérias sujeitas à sua jurisdição.
- (B) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
- (C) os conflitos de atribuição entre órgãos da Administração federal e órgãos jurisdicionais nas matérias sujeitas à sua jurisdição.
- (D) seus próprios membros, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- (E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias nas matérias sujeitas à sua jurisdição.

37. Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos em órgão legislativo de determinado Estado, reunidos em praça pública para se manifestarem contra a falta de ética na política, deliberaram constituir um sindicato, bem como promover uma paralisação de suas atividades, tão logo organizados em associação sindical. Nos termos da Constituição Federal, referidos servidores públicos

- (A) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, mas estão autorizados a constituir sindicato e a realizar greve.
- (B) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, nem estão autorizados a constituir sindicato, mas sim a realizar greve.
- (C) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- (D) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização ou aviso prévio à autoridade competente, desde que pacífica, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- (E) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, assim como estão autorizados a constituir sindicato e, observados os termos e limites definidos em lei, a realizar greve.

38. Alegando dificuldades decorrentes da situação econômica enfrentada pelo país, empresa de determinado setor privado propõe a seus empregados que sejam revistas as condições relativas à possibilidade de compensação de horas, redução de jornada de trabalho e de salário, previstas em acordo coletivo. O sindicato da categoria, acionado pelos empregados, toma a frente das negociações, que, no entanto, restam infrutíferas, resultando na paralisação das atividades laborais, por período indeterminado.

Nessa situação, à luz da Constituição Federal,

- I. é lícita a negociação coletiva quanto à compensação de horas e à jornada de trabalho, mas não quanto ao salário, cuja irredutibilidade é assegurada constitucionalmente.
- II. é lícito o sindicato negar-se à negociação proposta, bem como os empregados se valerem do direito de greve para defesa de seus interesses, competindo-lhes ainda decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, sujeitando-se, no entanto, os responsáveis às penas da lei, por abusos eventualmente cometidos.
- III. em se tratando de greve em atividade essencial, definida em lei, e havendo possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I e III.

**Noções de Direito Administrativo**

39. No procedimento de pregão para aquisição de cadeiras de escritório para as novas instalações de uma repartição pública, a Administração pública
- (A) deve observar a obrigatoriedade da inversão de fases, tendo em vista que a classificação dá-se antes da habilitação.
  - (B) pode observar a inversão de fases, quando a natureza do objeto da aquisição assim recomendar, a fim de reduzir litígio na fase de habilitação.
  - (C) tal qual nos demais procedimentos de licitação, está obrigada a realizar a inversão de fases, com a homologação do resultado antes da habilitação.
  - (D) pode colher a concordância dos licitantes cadastrados antes do início do pregão para que seja feita a inversão de fases.
  - (E) não pode realizar inversão de fases, tendo em vista que a celeridade do procedimento não admite que, após a os lances e declaração do vencedor, haja o risco do mesmo ser inabilitado.
- 
40. A imputação por ato de improbidade pela autoridade responsável pelo inquérito pode incluir, nas hipóteses de enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário,
- (A) proposta de integral ressarcimento dos danos, desde que a caracterização do ato de improbidade tenha se dado mediante conduta dolosa.
  - (B) requerimento para imediata indisponibilidade dos bens do agente público ao qual foi imputada sanção de improbidade, a fim de que possa haver a necessária indenização nos casos de ato de improbidade em quaisquer de suas modalidades.
  - (C) proposta de cumulação com sanções de outra natureza, com exceção de condenações criminais, cuja natureza se assemelha à da improbidade, impedindo dupla imputação.
  - (D) solicitação de indisponibilidade de bens do indiciado ao Ministério Público, para garantir que seja possível a recomposição do patrimônio público ou a restituição dos valores percebidos a título de enriquecimento ilícito, em havendo condenação.
  - (E) proposta de, em se convolvando em condenação, integral recomposição do patrimônio público, transferindo-se aos herdeiros a indenização cabível em razão dos danos causados.
- 
41. Dentre os princípios que regem a atuação da Administração pública nos processos administrativos em geral e sua relação com os poderes da Administração pública,
- (A) os princípios do contraditório e da ampla defesa podem ser mitigados pelo poder de polícia, permitindo que a Administração restrinja o acesso do administrado interessado aos atos administrativos constantes dos autos como medida de melhor atendimento do interesse público.
  - (B) o poder regulamentar permite que a Administração edite decretos instituindo sanções mais adequadas para determinadas infrações administrativas, de modo a garantir que nos processos administrativos seja priorizado o princípio da finalidade, impondo-se a decisão que melhor atenda o interesse público.
  - (C) o poder disciplinar dispensa a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a decisão exarada no processo administrativo, tendo em vista que o conjunto probatório deste constante é suficiente para o atingimento da conclusão.
  - (D) o exercício do poder de polícia pela Administração pública, que pode limitar os direitos dos administrados em geral, com base na legislação vigente, não pode cercear o direito ao contraditório e à ampla defesa a que têm direito quando no âmbito do processo administrativo.
  - (E) o poder regulamentar também se presta à edição de normas que permitam a instituição de direitos e garantias aos administrados quando estes figurem como interessados nos processos administrativos, de forma a que os princípios que regem esse instituto sejam preservados.
- 
42. Um determinado procedimento licitatório transcorria em um município com vistas à contratação de serviços de agrimensura para imóveis rurais de titularidade daquele ente. Um dos licitantes foi desclassificado, tendo o procedimento prosseguido. Considerando que a desclassificação tenha se dado em desacordo com os requisitos do edital, os atos administrativos posteriormente praticados são
- (A) imperfeitos, inválidos e ineficazes, porque o ato ilegal anterior, independentemente de invalidação expressa, viciou os atos de homologação e adjudicação automaticamente.
  - (B) perfeitos, válidos e eficazes, até que o ato de desclassificação seja anulado, o que acarreta a anulação dos atos posteriores.
  - (C) perfeitos, válidos e ineficazes, pois os atos posteriores, inclusive de homologação da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor só surtiriam efeitos após a celebração do contrato.
  - (D) imperfeitos, válidos e eficazes, pois embora formalmente contenham vícios de legalidade, produzem efeitos até que formalmente invalidados.
  - (E) imperfeitos, inválidos e eficazes, pois o ciclo de formação dos mesmos não observou as disposições legais pertinentes, mas produzem efeitos até o ato de desclassificação ser revogado.



43. As contratações realizadas pela Administração pública demandam publicação resumida no Diário Oficial como condição, nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) de validade e expressão do princípio da legalidade, que exige da Administração que pratique os atos expressamente previstos em lei.
  - (B) de validade e expressão dos princípios da publicidade e transparência, para fins de dar conhecimento não só aos órgãos de controle, mas também a todos os administrados sobre os atos praticados pela Administração pública.
  - (C) de eficácia e expressão do princípio da publicidade, dando início à produção de efeitos, salvo, por exemplo, previsão de alguma condição suspensiva, permitindo a todos os administrados o conhecimento do negócio jurídico celebrado.
  - (D) suspensiva de eficácia e expressão do princípio da eficiência, posto que enquanto não publicado o extrato do contrato não há produção de efeitos, bem como porque permite a análise da opção da Administração pública pelo negócio jurídico realizado.
  - (E) de validade e eficácia do negócio jurídico, a partir de quando o mesmo está apto a produzir efeitos e, como tal, é possível aferir o cumprimento do princípio da eficiência, com análise da economicidade da escolha.
- 
44. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, um cargo público fica vago em razão de
- (A) readaptação, que consiste no retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado.
  - (B) exoneração, que se dá exclusivamente em razão de pedido do servidor público comissionado ou titular de cargo efetivo.
  - (C) aposentadoria, desde que por idade e a pedido, tendo em vista que quando por invalidez a vacância do cargo só ocorre quando do atingimento da idade mínima.
  - (D) promoção, quando precedida de concurso interno, hipótese em que o servidor passa a ocupar outro cargo efetivo.
  - (E) posse em outro cargo público não passível de ser acumulável com o anteriormente ocupado pelo servidor.
- 
45. O poder normativo da Administração pública
- (A) pode ter aplicação preventiva ou repressiva, tal qual o poder de polícia exercido pela Administração pública, sendo, no primeiro caso, restrito às matérias de organização administrativa e de competência suplementar, ou seja, para disciplinar situações sobre as quais inexistia lei pertinente.
  - (B) permite à Administração pública a edição de atos normativos para fixação de parâmetros e diretrizes de gradação de penas disciplinares, quando relacionado ao poder disciplinar, bem como para instituição de novas penas mais adequadas para situações atuais.
  - (C) fica restrito às situações em que estejam presentes relações hierarquizadas, em que a competência para definição de normas tenha caráter originário.
  - (D) pode ter natureza originária nas situações expressamente previstas constitucionalmente, fora das quais fica restrito a hipóteses de prévia existência de leis que demandem a disciplina e explicitação da forma de aplicação das mesmas às situações concretas.
  - (E) consubstancia-se, quando aplicado a situações concretas, em exercício de poder de polícia, diretamente incidente sobre a esfera de direitos dos administrados, devendo estar previamente previsto na legislação vigente.
- 
46. Determinado Estado da Federação tem investido em diversos projetos de parceria com a iniciativa privada para obras de infraestrutura, a fim de associar a expertise tecnológica e operacional do mercado, com a desoneração dos cofres públicos dos investimentos necessários e para promover a criação de novos empregos. Em razão disso, a Administração pública pretende criar uma pessoa jurídica integrante de sua Administração indireta, cuja finalidade institucional seja o desenvolvimento e acompanhamento de diversos projetos, realização de estudos, estruturação de sistema de garantias, bem como outras providências específicas em matéria de parcerias. Essa solução poderia ser implementada mediante a
- (A) instituição de uma autarquia, cuja criação deve ser devidamente autorizada por lei e cuja gestão pode admitir o regime jurídico de direito privado conforme o escopo de sua atuação, a exemplo do caso descrito.
  - (B) criação de uma empresa pública, pessoa jurídica de direito público, em razão da constituição de seu capital social, mas que atua no mercado em regime de paridade com a iniciativa privada, conferindo a agilidade necessária pela Administração pública.
  - (C) instituição de uma empresa estatal, cujo regime jurídico é próprio das empresas privadas, fazendo constar da finalidade institucional as atividades pretendidas pela Administração.
  - (D) criação, por lei, de uma autarquia que, em razão de sua natureza jurídica de direito público, terá atuação regida pelo direito público, ainda que seu escopo seja típico de atuação da iniciativa privada, como pretendido pela Administração pública.
  - (E) instituição de uma sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, cujo controle do capital pertence integralmente ao ente que a instituiu, sujeita ao regime de competição de mercado, independentemente de seu objeto social e finalidade institucional.

**Noções de Direito do Trabalho**

47. Na nova modalidade de rescisão do contrato de trabalho, introduzida pela Lei nº 13.467/2017, havendo extinção por acordo entre empregado e empregador, serão devidas as seguintes verbas rescisórias:
- (A) metade do aviso prévio, se indenizado e metade das férias vencidas + 1/3, se tiver, com a integralidade da indenização sobre o saldo do FGTS e das demais verbas trabalhistas, podendo sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS, além de poder ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
  - (B) metade do aviso prévio, se indenizado e metade da indenização sobre o saldo do FGTS e as demais verbas trabalhistas em sua integralidade, podendo sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS, além de poder ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
  - (C) metade da indenização sobre o saldo do FGTS e as demais verbas trabalhistas em sua integralidade, podendo sacar 100% do valor dos depósitos do FGTS, não podendo ingressar no Programa de Seguro-Desemprego, e sem percepção de aviso prévio.
  - (D) metade do aviso prévio, se indenizado e metade das férias vencidas + 1/3, se tiver, com a integralidade da indenização sobre o saldo do FGTS e das demais verbas trabalhistas, podendo sacar 100% do valor dos depósitos do FGTS, não podendo ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
  - (E) metade do aviso prévio, se indenizado e metade da indenização sobre o saldo do FGTS e as demais verbas trabalhistas em sua integralidade, podendo sacar 80% do valor dos depósitos do FGTS, não podendo ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- 
48. Antonio é empregado da Empresa X e, em determinado mês, recebeu diárias para viagem no importe de 70% do seu salário. De acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) tendo em vista que ultrapassou 50% do salário, a regra é que metade do valor recebido terá natureza salarial, logo 35%, no caso.
  - (B) somente o que ultrapassar 50% do salário terá natureza salarial, logo, 20%, no caso.
  - (C) tendo em vista que ultrapassou 50% do salário, a integralidade da diária para viagem terá natureza salarial.
  - (D) as diárias para viagem, ainda que habituais não integram a remuneração do empregado, não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
  - (E) as diárias para viagem sempre integram a remuneração do empregado, servindo de base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.
- 
49. Ana, tem 17 anos de idade; Teresa, tem 53 anos e Solange, está com 35 anos de idade. Trabalham na Empresa S como Ajudantes de Produção, cumprindo o horário de trabalho de 2ª à 5ª feiras, das 7h às 17h e, às 6ª feiras, das 7h às 16h, com uma hora de intervalo para refeição. Tendo em vista que todas têm direito a férias vencidas, de acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017, é INCORRETO afirmar que
- (A) somente Solange tem direito ao fracionamento das férias em 3 períodos, sendo obrigatório que Ana e Teresa usufruam suas férias de uma só vez.
  - (B) todas podem fracionar suas férias em três períodos, desde que um dos períodos não seja inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
  - (C) é facultada a todas a conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário, no valor da remuneração que seria devida nos dias correspondentes, acrescido do terço constitucional.
  - (D) o pagamento das férias, de cada período, bem como do abono pecuniário será efetuado até dois dias antes do início do respectivo período.
  - (E) a empregada que contar com dez faltas injustificadas em seu período aquisitivo de férias, terá direito a férias na proporção de vinte e quatro dias corridos.
- 
50. Conforme nova redação dada à CLT, por força da Lei nº 13.467/2017, considere:
- I. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
  - II. Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.
  - III. Constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a supressão ou a redução do valor nominal do décimo terceiro salário.
  - IV. Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.
- Está correto o que consta em
- (A) II, III e IV, apenas.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) I, III e IV, apenas.
  - (E) I, II e IV, apenas.



51. José foi dispensado sem justa causa, após 11 meses de serviço. Passou a cumprir o aviso prévio trabalhando, optando pela redução de duas horas diárias do seu horário normal de trabalho. Entretanto, neste período, registrou sua candidatura para eleição a cargo de dirigente sindical. De acordo com a legislação e o entendimento sumulado do TST, neste caso a empregadora de José deverá
- (A) cancelar a dispensa e aguardar a eleição, pois o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período do aviso prévio trabalhado com a redução de duas horas diárias de seu horário de trabalho lhe assegura a estabilidade.
  - (B) manter a dispensa, tendo em vista que o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período do aviso prévio não lhe assegura a estabilidade.
  - (C) manter a dispensa, tendo em vista que o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical somente lhe assegura a estabilidade se fosse feita na modalidade do aviso prévio indenizado.
  - (D) cancelar a dispensa e aguardar a eleição, pois o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período do aviso prévio trabalhado se equipara às regras dos contratos de trabalho por prazo determinado, assegurando-lhe a estabilidade.
  - (E) manter a dispensa, tendo em vista que o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical somente lhe assegura a estabilidade se fosse feita na modalidade do aviso prévio trabalhado com opção de manter a jornada normal de trabalho, podendo faltar ao serviço, sem prejuízo do salário, por sete dias corridos.

52. No tocante à prescrição, considere:

- I. Quanto aos depósitos do FGTS, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13/11/2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13/11/2014.
- II. Quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, a interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
- III. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato de trabalho.

Tendo em vista a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017, e o entendimento sumulado do TST, está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, apenas.
  - (E) III, apenas.
53. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. De acordo com as alterações da CLT, introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, são atribuições da referida comissão de empregados, EXCETO
- (A) acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções e acordos coletivos de trabalho.
  - (B) promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos.
  - (C) encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação.
  - (D) solicitar a comprovação da empresa dos recolhimentos fiscais, previdenciários e depósitos do FGTS.
  - (E) representar os empregados perante a administração da empresa.

54. De acordo com a nova redação dada à CLT, por força da Lei nº 13.467/2017, para a caracterização de grupo econômico e, conseqüentemente, sua responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego, deve ser considerado, dentre outros requisitos, a

- (A) mera identidade de sócios.
- (B) demonstração do interesse independente do grupo.
- (C) efetiva comunhão de interesses, desde que não ligados a meramente financeiro.
- (D) atuação autônoma das empresas integrantes do grupo.
- (E) existência de personalidade jurídicas próprias e, as empresas estiverem sob a direção, controle ou administração de outra empresa do grupo.

**Noções de Direito Processual do Trabalho**

55. Quanto aos prazos processuais, considere:

- I. Os prazos são contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, somente para os processos judiciais eletrônicos.
- II. No processo judicial eletrônico, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, sendo que os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.
- III. Os prazos são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada, somente para os processos físicos.
- IV. Não se aplica ao processo do trabalho o prazo em dobro quando existirem litisconsortes com procuradores distintos, em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.

Tendo em vista as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 e de acordo com entendimento sumulado do TST, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

56. A Empresa M, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por A, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

- (A) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.
- (B) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.
- (C) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.
- (D) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.
- (E) recebido, pois a regra de que a interposição antecipada prejudica a dilação legal no tocante à comprovação do depósito recursal só se aplica aos Recursos de Revista.

57. No tocante aos honorários periciais e advocatícios no processo do trabalho, considere:

- I. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou não, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- II. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- III. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. Entretanto, deverá ter obtido créditos em juízo capazes de suportar a referida despesa, ainda que em outro processo, caso contrário, a União responderá pelo encargo.

Tendo em vista as alterações introduzidas na CLT, pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.



58. Paulo, contador autônomo, prestando serviços em sua própria empresa de contabilidade, compareceu na audiência representando sua cliente, a Empresa Sol Brilhante S/A, acompanhado do advogado da reclamada, sendo que a Carta de Preposição, a Procuração e a Defesa já estavam devidamente juntadas aos autos. Neste caso, de acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e o entendimento sumulado do TST,
- (A) a juntada de Carta de Preposição, Procuração e a Defesa, por si só, elide os efeitos da revelia e da confissão quanto à matéria de fato.
  - (B) a reclamada, por ser Sociedade Anônima, não está devidamente representada, uma vez que o preposto, neste caso, deveria ser seu empregado.
  - (C) a reclamada está devidamente representada, uma vez que o preposto não precisa ser seu empregado.
  - (D) Paulo deveria ter conhecimento dos fatos para ser preposto, sendo que trabalhando em escritório próprio, presume-se que não possui condições de representar a empresa.
  - (E) Paulo deveria ser empregado da empresa, considerando-se ausente a reclamada, devendo ser excluídos ou desconsiderados a contestação e os documentos apresentados.

59. Temerosa de que seus ativos financeiros fossem bloqueados, após receber o Mandado de Citação e Pagamento em execução de uma reclamação trabalhista a qual não tinha nenhuma responsabilidade, a Empresa B interpôs exceção de pré-executividade. Após cumpridas as formalidades legais, o juiz julgou-a procedente e excluiu a Empresa B da lide, determinando que o exequente indicasse outros meios para prosseguimento da execução. Neste caso, e em conformidade com a CLT, o recurso cabível pelo exequente contra a referida decisão é
- (A) Agravo de Instrumento.
  - (B) Recurso Ordinário.
  - (C) Recurso de Revista.
  - (D) Agravo de Petição.
  - (E) Mandado de Segurança.

60. No tocante à execução trabalhista, considere:

- I. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por artigos ou por arbitragem.
- II. Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- III. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal, desde que erro grosseiro justifique tal manifestação.
- IV. A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Tendo em vista o disposto na CLT, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) III e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) I.
61. A Empresa D ingressou com Recurso Ordinário, sendo que na guia de depósito recursal, preencheu e pagou equivocadamente o valor de R\$ 9.186,00, quando o correto seria R\$ 9.189,00. Neste caso, em consonância com o entendimento sumulado do TST,
- (A) o recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos, é causa de deserção do recurso.
  - (B) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de dez dias previsto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
  - (C) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de cinco dias previsto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
  - (D) haverá deserção do recurso, pois a aplicação do disposto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015 somente se refere a complementação das custas processuais e não do depósito recursal.
  - (E) haverá deserção do recurso, pois não é possível a aplicação subsidiária e nem supletiva do disposto pelo CPC de 2015 nesta matéria.





62. No tocante à revelia no processo do trabalho, considere:

- I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.
- II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

---

### Noções de Orçamento Público

63. Em uma situação de crise fiscal, um dos efeitos mais sentidos é a queda da arrecadação tributária, fato que atinge todas as esferas de poder dos entes federativos. Diante dessa situação, a Administração promoveu a alteração da legislação tributária por meio da lei orçamentária anual. Essa medida contrariou formalmente a Constituição Federal que determina que

- (A) o instrumento de planejamento correto para dispor acerca dessa espécie de alteração é o Plano Plurianual.
- (B) déficit de arrecadação não é fundamento legal para essa alteração.
- (C) o instrumento de planejamento correto para dispor acerca dessa espécie de alteração é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) a alteração na legislação tributária somente seria possível no caso de criação de novo tributo.
- (E) o instrumento de planejamento correto para dispor acerca dessa espécie de alteração é o Demonstrativo da Execução Orçamentária.

64. O Governo da União promoveu isenção, anistia, remissão e subsídios para estimular a economia. Nesse caso, a Constituição Federal estabelece como condição prévia

- (A) elaboração de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, que deve acompanhar o projeto da Lei Orçamentária Anual.
- (B) o limite de 0,5% da receita corrente líquida para isenção e anistia e de 1% para remissão e subsídios.
- (C) a espera de 180 dias para a entrada em vigor dessa medida.
- (D) ter como beneficiários imediatos micro e pequenas empresas.
- (E) o limite de 1000 salários mínimos nacionais para a concessão dos benefícios.

65. Considere:

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, uma das funções desses orçamentos, compatibilizados com o Plano Plurianual, é

- (A) estabelecer benefícios fiscais aos entes federativos com menor arrecadação.
- (B) promover o orçamento sustentável dos órgãos da Administração direta e indireta da União.
- (C) priorizar a alocação de verbas a fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) indicar parâmetros para o estabelecimento de metas fiscais.
- (E) reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.



66. O princípio orçamentário da exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa. Todavia, a Constituição Federal estabelece que são EXCEÇÕES a esse princípio:
- (A) os conteúdos dos anexos de metas e riscos fiscais.
  - (B) autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operação de crédito.
  - (C) as regras de contingenciamento da despesa pública e as despesas consideradas irrisórias.
  - (D) medidas para a evolução do patrimônio líquido e a reestruturação da previdência social.
  - (E) medidas para o alcance dos resultados primário e nominal.
- 
67. Ao regular o exercício financeiro, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que
- (A) coincidirá com o ano civil ou conforme definido em Decreto Executivo.
  - (B) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente pagas.
  - (C) os restos a pagar são as despesas empenhadas até 31/12 e se distinguem em não pagos e não liquidados.
  - (D) os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
  - (E) os débitos da fazenda pública de natureza tributária e não tributária serão inscritos como dívida ativa.
- 
68. O Governo da União necessita abrir crédito adicional especial para despesa que não possui dotação orçamentária específica. Nesse caso, a Lei nº 4.320/1964 determina autorização
- (A) por lei, abertura por decreto do Executivo e dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
  - (B) e abertura por decreto do Executivo e dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
  - (C) e abertura por lei e dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
  - (D) por lei, abertura por decreto do Executivo e não dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
  - (E) e abertura por lei e não dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- 
69. Uma das fases da despesa pública é o empenhamento, regulado pela Lei nº 4.320/1964, que estabelece que
- (A) a despesa cujo montante não se possa determinar é exceção legal à regra do prévio empenho.
  - (B) em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
  - (C) é permitido o empenhamento global de despesa contratual e outras, ainda que não sujeita a parcelamento.
  - (D) empenho consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
  - (E) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos se isso constar do anexo de metas fiscais.
- 
70. A União realizou despesa sob o regime de adiantamento para atender necessidades do Ministério do Transporte, nas seguintes condições: a despesa não se subordinava ao processo normal de aplicação e contava com previsão legal; foi feito empenhamento prévio na dotação específica; o numerário foi entregue a servidor que não se encontrava em alcance e que já era responsável por outros dois adiantamentos. O ato praticado contrariou a Lei nº 4.320/1964, pois
- (A) no caso do adiantamento, o empenho é a *posteriori*.
  - (B) não há dotação específica para despesa que não se subordina ao processo normal de aplicação.
  - (C) é vedado fazer adiantamento a servidor responsável por dois adiantamentos.
  - (D) não podem ser realizadas despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação.
  - (E) esse tipo de despesa somente é possível para as áreas da educação, saúde, assistência social, meio ambiente e segurança pública.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: 12.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva-Redação, a que se refere esse Capítulo, os candidatos deverão usar as normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.9. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.10. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 12.11. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 12.12. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).

**Observação:** NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*Dadas as múltiplas possibilidades de compartilhamento informacional entre diferentes pessoas, oriundas de diferentes culturas e conhecedoras de diferentes áreas do saber, muito se fala sobre a formação de uma inteligência coletiva na rede. Entretanto, se o mundo virtual serve como mecanismo privilegiado de projeção do ser humano, tal qual um espelho, ele também virtualmente reflete os aspectos pouco promissores da realidade palpável.*

(SILVA, Rosane Leal da et al. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista>)

Com base no contexto descrito acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo expondo seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30